

A AGENDA NEOLIBERAL NO GOVERNO TEMER: IMPACTOS SOCIAIS E POLÍTICOS NOS USOS E ABUSOS DA MÍDIA DIGITAL (2016-2018)¹

Ronald Cavalcante Castelo Branco²
 Claudia Cristina da Silva Fontineles³

Resumo: Este estudo analisa o avanço do neoliberalismo durante o governo Temer (2016-2018), com foco na PEC 55/2016 (teto de gastos) e na PLC 37/2017 (reforma trabalhista), e seu impacto na sociedade brasileira. A pesquisa avalia a cobertura midiática dessas medidas, com as disputas de narrativa por parte da Revista Fórum e Brasil247 (contrárias às reformas), contrastadas com os discursos dos portais R7.com e PortalG1. Destaca-se a complexa interação entre mídia, política e empresários, enfatizando como a imprensa influencia a opinião pública e a dinâmica política. Utiliza-se a hermenêutica em obras acadêmicas sobre o processo histórico-político em torno da gestão Temer. Discorre-se, com o método hipotético-dedutivo, sobre dados de trabalho e renda provenientes de pesquisas da FGV e do IPEA, para medir impactos qualitativos e quantitativos da reforma trabalhista e da PEC do teto de gastos.

Palavras-chave: Mídia; PEC nº 55/2016; Lei 13.467/2017.

THE NEOLIBERAL AGENDA IN THE TEMER GOVERNMENT: SOCIAL AND POLITICAL IMPACTS ON THE USE AND ABUSE OF DIGITAL MEDIA (2016-2018)

Abstract: This study analyzes the advance of neoliberalism during the Temer government (2016-2018), focusing on PEC 55/2016 (spending cap) and PLC 37/2017 (labor reform), and their impact on Brazilian society. The research evaluates the media coverage of these measures, with the narrative disputes on the part of Revista Fórum and Brasil247 (opposed to the reforms), contrasted

¹ Texto fruto da pesquisa de Iniciação Científica/Ufpi/2022/2023 "O avanço da agenda neoliberal do Governo Temer e suas repercuções sociais e políticas (2016-2018)", como parte do projeto de pesquisa "Jeitos de contar: narrativas governamentais, jornalísticas e literárias sobre o Brasil Republicano a partir da (década de 1960)", desenvolvido pela Profa. Dra. Cláudia Fontineles em parceria com Ronald Cavalcante.

² Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Contato: ronaldcavalcantecastelobranco@gmail.com.

³ Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista em Produtividade Científica/CNPq. Contato: cfontinelles@gmail.com.

with the discourses on the portals R7.com and PortalG1. The complex interaction between media, politics and businesspeople stands out, emphasizing how the press influences public opinion and political dynamics. Hermeneutics is used in academic works on the historical-political process surrounding the Temer administration. Using the hypothetical-deductive method, we discuss work and income data from FGV and IPEA surveys, to measure qualitative and quantitative impacts of the labor reform and the PEC spending ceiling.

Keywords: Media; PEC nº 55/2016; Law 13,467/2017.

Introdução

No governo Temer (2016-2018), a PEC do teto de gastos e a Reforma Trabalhista representaram avanços na agenda neoliberal. Estas políticas beneficiaram o mercado financeiro, enfraquecendo leis trabalhistas e restringindo gastos públicos, gerando precarização na sociedade brasileira (BARBOSA; SILVA, 2020, p.1). Desse modo, a pesquisa analisa como os meios digitais destacados, cobriram tais medidas, destacando a influência na opinião pública.

A Revista Fórum, fundada em 2001 e digital desde 2014, surgiu em resposta ao avanço do neoliberalismo global nas décadas de 1990. Desse modo, surge influenciada pelo Fórum Social Mundial, que se estabeleceu como uma reação ao neoliberalismo global. A Revista Fórum foi uma reação também às agendas neoliberais dos governos Collor e FHC no Brasil.⁴

Já o Brasil247, fundado em 2011 pelo jornalista Leonardo Attuch⁵, buscou espaço na internet para escapar das grandes corporações midiáticas.

⁴ Para saber mais, acessar: <<https://revistaforum.com.br/p/institucional/sobre.html>> e <<http://forumsocialportoalegre.org.br/forum-social-mundial/>>. Acesso em 09 de mar. de 2023.

⁵ Jornalista nascido em Brasília no ano de 1971, Leonardo Attuch, criou o Brasil 247 em março de 2011 e a TV 247 em agosto de 2017. Antes disso, trabalhou nas redações do Correio Braziliense, do Estado de Minas e das revistas Veja, Exame, Istoé e Istoé Dinheiro, onde foi redator-chefe. Publicou os livros "De jornalista a youtuber", "A CPI que abalou o Brasil", "Saddam, o amigo do Brasil", "Eike, o homem que vendia terrenos na lua" e "Quebra de contrato". Para saber mais: <https://www.brasil247.com/equipe/brasil247>. Acesso em 09 de mar. de 2023.

Cresceu com apoio econômico governamental durante o governo Dilma (2011-2016), mas perdeu suporte sob a agenda neoliberal de Temer (2016-2018), evidenciando sua afinidade com o Partido dos Trabalhadores⁶.

Esses meios midiáticos apoiam uma agenda neo-desenvolvimentista focada na proteção social dos mais desfavorecidos. Dessa maneira, acabam resistindo às Reformas Neoliberais do Governo Temer (2016-2018), incluindo a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista.

O PortalG1, pertencente à Rede Globo, tem raízes no jornal O Globo da família Marinho. A Rádio Globo, destaque no radiojornalismo em 1944, em 1957, ganha o canal 4 na TV durante o governo JK, ampliando sua difusão para São Paulo e Minas Gerais, durante a Ditadura Militar de 1964. A Rede Globo não pode ser totalmente vista como alinhada aos governos, onde destaca-se que a Globo segue um jornalismo vinculado a interesses específicos, negociando nos bastidores com o governo vigente e os interesses do grupo empresarial que lidera a emissora. A Globo frequentemente segue os interesses governamentais devido à sua influência (GERMANO, 2000, p. 103). Desse modo, surge o portal G1 em 2006, reconhecendo o potencial online. Hoje, é o site mais acessado, devido à reputação da emissora.

O R7.com, vinculado à Record, surgiu em 2009 com a migração das mídias para o digital. Ligado à RecordTV, fundada em 1953 por Paulo Machado de Carvalho e adquirida por Edir Macedo, a emissora uniu-se à pauta do protestantismo, focando em jornalismo e entretenimento. O portal R7.com, sutilmente alinhado a agendas neoliberais e partidos de direita, às vezes contrasta com o Partido dos Trabalhadores (MONTEIRO, 2011).

Em suma, o trabalho se divide em três partes: a primeira trata das agendas neoliberal e neodesenvolvimentista nas décadas de 1990, nos governos Lula e Dilma; a segunda analisa o avanço do neoliberalismo em

⁶ Acesso em: <<https://www.brasil247.com/midia/attuch-conta-a-historia-do-247-e-fala-sobre-o-futuro-espero-se-torne-um-veiculo-coletivo-da-propria-comunidade-de-leitores>> e <<https://pt.org.br/tag/brasil-247/>>, acesso em 09 de mar. de 2023.

2015-2016, incluindo o manifesto "Uma Ponte para o Futuro" do MDB; e a terceira examina o confronto midiático durante o impeachment de Dilma Rousseff e as políticas neoliberais do governo Temer.

Metodologia

A pesquisa explora a agenda neoliberal do governo de Michel Temer (2016-2018) e seu impacto na sociedade brasileira, especialmente focando na agenda neoliberal. Utilizando fontes como o *Portal G1*, *R7.com*, *Brasil247* e *Revista Fórum*, examina posturas da mídia digital em relação ao contexto político de ascensão de Michel Temer à presidência da República até implementação das “políticas temistas”.

Incorpora debates historiográficos de autores para analisar o embate entre neoliberais e neodesenvolvimentistas, através da hermenêutica e do método hipotético-dedutivo. Com isso, este estudo é dividido em três partes abrangentes: começa com uma análise das origens do neodesenvolvimentismo, destacando a rivalidade entre neoliberais e neodesenvolvimentistas no Brasil, fornecendo dados econômicos fundamentais.

Com auxílio de Norberto Bobbio (2000) e Perry Anderson (1994) sobre as noções de liberalismo e neoliberalismo; John Maynard Keynes (1927) e Dias (2015) para a compreensão do desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo.

A posteriori, se analisa o percurso históricos desses modelos econômicos no plano histórico brasileiro. Com as leituras de Earp e Prado (2003) em consonância com a dívida pública durante os anos 1990-2000 (gráfico 1) sobre os modelos econômicos da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) e a progressão do modelo econômico do Brasil até as agendas neoliberais durante a década de 1990 no Brasil.

Atrelado a isso, está o debate em torno do crescimento econômico das famílias brasileiras por região de 1979-2012 (Tabela 1) que se somará ao

debate proposto por Hoff e Souza (2019) sobre o ressurgimento do modelo desenvolvimentista (“neodesenvolvimentismo”) nos governos Lula e Dilma para demonstração dos conflitos de tais agendas econômicas e dos impactos nos índices econômicos e em indicadores de desenvolvimento social.

Em seguida, explora o cenário complexo que levou ao golpe de 2016, examinando as políticas sociais e econômicas do PT e do lulismo, bem como a insatisfação pública que resultou no reacionarismo contra Dilma Rousseff, sob a liderança de PMDB e PSDB na aprovação de medidas polêmicas e o surgimento de movimentos anticorrupção também são analisados.

Em consonância, se estabelecerá abordagens e debates sobre o contexto histórico-social em que pesara o momento. Com SCHWARCZ e STARLING (2015) e MIGUEL (2016) se verificará o teatro de disputas sociais em torno do impeachment de Dilma Rousseff e a ascensão de Michel e de seu modelo econômico desenhado no manifesto *Uma Ponte para Futuro* (2015).

A análise crítica do manifesto político, “Uma ponte para futuro”, esclarecerá a sua interação com o cenário político-econômico da época é fundamental para compreender como as estratégias políticas e midiáticas foram orquestradas, quais interesses estiveram em jogo e como a opinião pública foi moldada para legitimar determinadas ações política.

Com isso, com a letra da música *Parque Industrial* (1968) de Tom Zé se refletirá, através da poesia, as maneiras de se enxergar a operação midiática no Brasil. Somado a tal, a pesquisa de Saldanha (2022) visa esclarecer o aumento do número de usuário de aparelhos eletrônicos (celulares, tablets e outros) e como isso reflete no acesso às plataformas digitais.

Nesse sentido, os estudos de Tavares (2020) esclarecem a perda de hegemonia da imprensa tradicional (impressa ou televisa) para tais plataformas digitais que se apresentam de maneira mais efetiva na veiculação de informações. Ademais, a perspectiva de Silva (2011) evidencia a relatividade da informação veiculada pela mídia jornalística digital e como

elas operam como produtora de verdades aceitas pela sociedade em detrimento da produção científica.

Com isso, se evidenciará informações sobre a Pec do teto de gastos (2016) e as narrativas pró e contra em torno dessa pauta. Nessa perspectiva, as constatações de Mariano (2017) sobre a reforma do teto de gastos demonstram atraso no avanço da estrutura econômica e social para o desenvolvimento do país.

Por fim, o presente estudo analisa o Artigo 611 (reforma trabalhista) e seus impactos nas relações de trabalho que, segundo Carvalho (2017), ficaram fragilizadas pela impotência da Justiça do Trabalho após a aprovação da Reforma Trabalhista. Nesse ínterim, Campos (2015) ressalta essa fragilidadeposta nas mudanças da regulamentação trabalhista, criticando que as desigualdades sociais criam trabalhadores em agravantes sociais que serão aproveitados pela classe patronal, uma vez que o acordão está acima do próprio poder da Justiça do Trabalho em equilibrar essas relações.

Por fim, o estudo investiga a cobertura midiática intensa em torno de questões-chave como a PEC do Teto de Gastos e a Reforma Trabalhista, contextualizando essas reformas no ambiente midiático contemporâneo, apontando os efeitos em torno dessas políticas, ressaltando gráficos sobre indicadores de desemprego e informalidade no Brasil de 1992 à 2021.

O embate histórico do neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo no Brasil

No Brasil, o embate entre neodesenvolvimentismo e o neoliberalismo sempre dividiu e moldou o país. Segundo o intelectual Norberto Bobbio (2000, p. 7), se evidencia com clareza que “por ‘liberalismo’ entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal como se contrapõe tanto ao Estado Absoluto como ao Estado que hoje chamamos de social [...]”, ou seja, a política liberal preconiza mínima intervenção estatal, reservando ao Estado apenas o financiamento e

projeção de oportunidades de crescimento do capitalismo. A intervenção direta na economia é da classe empresarial.

O neoliberalismo preconiza mínima intervenção estatal e promove um mercado livre liderado por investidores. Originado na crise de 1973, defende um modelo econômico que vise um controle de sindicatos e dinheiro; redução de impostos para os ricos e estimular economias por meio da desigualdade, rompendo o poder sindical para manter a estabilidade econômica (ANDERSON, 1995, p. 10-11).

Após a crise do petróleo em 1973, surgiu a necessidade de um novo modelo econômico. O desenvolvimentismo, baseado no keynesianismo, de John Maynard Keynes, que propôs maior intervenção estatal em setores negligenciados pelo capitalismo para estimular o crescimento econômico e o bem-estar social, não dá mais conta das desigualdades sociais geradas pela dinâmica do capitalismo. Segundo Keynes, se evidencia que

[O Estado] deve estar preparado para considerar a regulação dos salários dos grandes grupos industriais como sendo não apenas uma questão privada, de modo que ele deve tratar deliberadamente em suas políticas a melhoria do bem-estar econômico como primeiro encargo sobre a riqueza nacional, ao invés de abandoná-la ao acaso das organizações e da barganha privadas. (KEYNES, 1927a, p. 646, grifo nosso).

Keynes defendeu a intervenção estatal no desenvolvimento. No Brasil, durante a crise de 1929, Getúlio Vargas adotou uma agenda desenvolvimentista, impulsionando crescimento e infraestrutura. O modelo criou um Estado social, atendendo às necessidades sociais além dos interesses empresariais. Segundo Dias (2015) que retoma as ideias de R. Castelo, evidencia que

Segundo Castelo (2012), existem três principais correntes de pensamento que defendem essa noção de desenvolvimentismo. São elas: 1) macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, assim intitulada por Bresser Pereira. Ela defende a prioridade do mercado com regulação do Estado sobre as falhas daquele, incluindo nesse rol as políticas cambiais e de juros; 2) pós-keynesianas, que se apoiam em um Estado que diminui as incertezas econômicas, tendo como norte as decisões de investimento no setor privado; 3) social-desenvolvimentista, que visa o consumo de massa para

materialização do mercado interno. Nesta corrente, o Estado tem papel de suma importância, porque defende políticas de desenvolvimento como sendo superiores às macroeconômicas. (CASTELO apud DIAS, 2015, p. 52)⁷.

O desenvolvimentismo, com intervenção estatal em infraestrutura e crescimento, declinou nos anos 1980 devido a crises e neoliberalismo. No Brasil pós-Ditadura, Collor e FHC adotaram políticas neoliberais, reduzindo intervenção. Com Lula em 2003, foco em setores estratégicos e bem-estar social para classes desfavorecidas marcou uma mudança.

A agenda neodesenvolvimentista do PT, de 2003 a 2016, contrastou com as abordagens neoliberais dos governos anteriores, com os governos Collor e FHC. As políticas anteriores priorizavam a expansão do capital financeiro em detrimento do desenvolvimento social interno. Tais ideias remontam à Ditadura Militar, destacando-se a obra de Carlos Langoni, que defendia a necessidade de expandir a receita interna para depois beneficiar os desfavorecidos. Sobre isso, Prado e Earp afirmam com clareza que:

Em especial, Langoni enfatiza o aspecto da educação como variável explicativa do nível de renda. As alterações na composição educacional na força de trabalho e a dispersão das rendas associadas a dados níveis de educação resultariam do aumento da demanda por mão-de-obra qualificada, derivado do crescimento econômico. A redução dos níveis de pobreza implicaria um aumento dos níveis de desigualdade, até que, num determinado nível de renda, fosse possível compatibilizar redução da pobreza com melhor distribuição de renda. Seria necessário primeiro aumentar o nível de renda (isto é, o bolo) e depois a distribuição surgiria em consequência. Embora a participação dos mais pobres no bolo fosse relativamente menor, como este teria crescido muito, a fatia de cada um era maior, em termos absolutos, do que seria na situação anterior (EARP; PRADO, 2003, p. 232-233).

O governo FHC (1995-2002), inspirado por Langoni, privatizou estatais para ampliar o capitalismo interno, gerar receita, melhorar serviços e reduzir a dívida pública. A privatização visava também conter a corrupção, focando

⁷ Para saber mais, lê: CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 112, Cortez, 2012.

no lucro e bom atendimento ao cliente no setor privado.⁸ Apesar das privatizações na gestão FHC, a dívida pública disparou, passando de 30,01% do PIB em 1994 para quase 50,46% ao final de seu mandato em 2002, segundo dados do IPEA e do Banco Central (2006). A redução só ocorreu nos primeiros anos do governo Lula.



Gráfico 01: Dívida líquida do setor público (% PIB)

Fonte: Relatório do Banco Central (2006) e IPEADATA apud SCHWARZBACH, 2008, p. 24.

Sob o Partido dos Trabalhadores, as gestões de Lula e Dilma integraram desenvolvimento econômico com políticas sociais, apoiando o capital privado da burguesia nacional, além de implementar programas como “Bolsa Família” e “Minha Casa, Minha Vida”. O Estado atuou estrategicamente no crescimento econômico, rompendo com o antigo modelo desenvolvimentista onde era o principal impulsionador do crescimento. O modelo do PT atendeu às classes desfavorecidas sem prejudicar a expansão do capital burguês, sendo uma transição entre a agenda neoliberal dos anos 1990 e uma política focada nas classes subalternas. Segundo Souza e Hoff (2019), se evidencia com veemência que

As políticas neodesenvolvimentistas adotadas foram no sentido de buscar o crescimento econômico e social brasileiro e o fortalecimento do capitalismo no país, contando com programas de transferência de renda e atendendo a interesses das classes dominadas, em vez de romper radicalmente com a política neoliberalista [...] (HOFF; SOUZA, 2019, p. 4).

⁸ SOUZA, Júlio Cézar Oliveira de. Rio de Janeiro: o farol do neoliberalismo brasileiro (1982-2002). Tese (Doutorado em História Social), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo-RJ, 2019.

O neodesenvolvimentismo de 2000-2016 focou em setores estratégicos, incentivando a iniciativa privada e priorizando o capital nacional. Lula e Dilma melhoraram qualidade de vida, criaram empregos e implementaram programas de distribuição de renda, estabelecendo um estado de bem-estar social. Contudo, o capital financeiro internacional se opõe com esta desconcentração de oportunidades, em especial ao menos favorecidos do Norte e Nordeste (HOFF; SOUZA, 2019).

Nesse sentido, há um crescimento na renda média per capita (por pessoa) durante o governo Lula e de Dilma Rousseff, conforme tabela abaixo retirada de um estudo do IPEA, feito por Fernando Macedo e Leonardo Porto, de abril de 2021. Percebe-se na tabela abaixo, uma queda da renda das famílias do Norte do Brasil entre 1991 à 2001, com queda de -2,3% e no Nordeste, crescimento minúsculos com 1,6%, Sudeste com 0,9%, Sul com 2% e Centro-Oeste com 0,6% durante a agenda neoliberal dos governos Collor (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e FHC (1995-2002), implicando mais em interesses econômicos empresariais do que nos interesses sociais e desenvolvimento humano no país.

Brasil e regiões	1979-1990	1990-2001	2001-2012	2003-2012
Norte	2,1	-2,3	2,3	4,2
Nordeste	1,1	1,6	4,7	6,4
Sudeste	-0,4	0,9	2,7	4,2
Sul	1,2	2,0	3,5	4,4
Centro-Oeste	-0,2	0,6	4,3	5,9
Brasil	0,2	1,0	3,2	4,6

Tabela 01: Taxa média de crescimento da renda média per capita domiciliar, diversos períodos – Brasil e regiões (Em %).

Fonte: MACEDO, PIRES e SAMPAIO (2015) apud MACEDO e PORTO, 2021, p. 10.

Ressalta-se o crescimento das rendas familiares no final do mandato de FHC e início do governo Lula. Durante a agenda neodesenvolvimentista de

Lula e Dilma (2003-2012), houve um aumento significativo da renda familiar, num total de 4,6% bem maior do que 1% das agendas neoliberais da década de 1990.

A região Norte-Nordeste, antes tão negligenciada historicamente, dispara, respectivamente, de uma queda em -2,3% (1990-2001) para um crescimento de 4,2% (2003-2012) e de um crescimento de 1,6% (1990-2001) para 6,4% (2003-2012) no Nordeste Brasileiro, demonstrando uma desconcentração de oportunidades e de renda, que crescem respectivamente, de 2% para 4,4% (região Sul) e de 0,9% para 4,2% (região Sudeste).

Portanto, os governos neodesenvolvimentistas de Lula e Dilma marcam um crescimento das classes populares e de um desenvolvimento social jamais experimentado antes, onde demonstrou-se uma intensa ascensão social e um crescimento das classes menos favorecidas, onde a renda familiar cresce, alta no salário-mínimo, ampliação do Programa Bolsa Família, que em 2013, cobria 26% da população, quase 50 milhões de brasileiros, reduzindo grandes desigualdades sociais. Lilia Schwarcz e Heloísa Starling (2015) afirma com clareza que:

A partir de 2003, o Brasil assistiu a uma ampliação democrática da República. As grandes marcas dos dois governos de Lula foram o combate à miséria, a redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e a expansão da inclusão social. O esforço para aumentar a renda do trabalhador incluiu a formalização do emprego, a ampliação do crédito e o aumento do salário mínimo — de cerca de 60% entre 2000 e 2013. O Programa Bolsa Família, criado em 2004, significou transferência direta de renda para a população pobre e extremamente pobre — em 2013 o Bolsa Família cobria 50 milhões de pessoas, 26% da população do país. Foram mantidas as práticas democráticas, e houve avanço na criação de políticas estruturantes e em escala para incorporação dos brasileiros à rede de proteção social. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 615).

O modelo neodesenvolvimentista entrou em declínio a partir de 2015, levando o governo Dilma a adotar gradualmente políticas neoliberais para recuperar o crescimento econômico. O golpe de 2016 refletiu a disputa entre o capital financeiro internacional e a grande burguesia por uma agenda mais

livre de mercado, argumentando que a expansão do capital reduziria desigualdades sociais, não sendo necessariamente uma responsabilidade do Estado atender a essa demanda social. Souza e Hoff (2018), evidenciam que:

Essa política [...] neodesenvolvimentista, reuniu [...] a burguesia interna brasileira, [...] a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato, incorporando a massa de trabalhadores desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria e os em situação de pobreza [...] Sua frente adversária seria então o neoliberalismo ortodoxo, o qual reunia o grande capital financeiro internacional e a burguesia a ele integrada – os grandes proprietários de terra e a alta classe média dos setores público e privado [...] (HOFF; SOUZA, 2019, p. 4).

Após os anos 2000, a democracia no Brasil prometia inclusão e desenvolvimento econômico, mas enfrentou desafios. O crescimento econômico nem sempre beneficiava a todos, concentrando oportunidades e renda nas classes ricas. O governo de Temer em 2016 consolidou uma agenda neoliberal, priorizando o grande capital e retrocedendo após a crise de 2013, questionando a ideia de que democracia garantiria automaticamente conquistas sociais.

O avanço da agenda neoliberal do PMDB e o “golpeachment” em 2016

A democracia brasileira, moldada por conflitos entre trabalhadores e elites, se fortalece com a Constituição de 1988. Apesar da estabilidade do Plano Real nos anos 1990, as melhorias sociais foram limitadas. A eleição de Lula em 2002 trouxe esperança de reduzir a fome e melhorar a qualidade de vida no Brasil. O Brasil, rico em recursos, explorava seu povo para enriquecer uma minoria no poder.

A vitória de Lula, em uma chapa com José de Alencar, um empresário que começou pobre e se tornou bem-sucedido, representou uma união estratégica entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, simbolizando uma aliança política entre essas classes divergentes, conforme evidencia Miguel (2016) quando afirma com clareza que

[...] Nas eleições de 1989, 1994 e 1998, Lula concorreu tendo na chapa, como candidatos à vice-presidência, políticos com claro compromisso popular. Em 2002, foi acompanhado por um grande empresário, José Alencar, filiado ao Partido Liberal. Atribuiu-se a ideia [...] ao marqueteiro Duda Mendonça; ela reuniria “dois meninos pobres que subiram na vida”, um pela política, outro pelos negócios. A ideia do subir na vida como projeto pessoal já marcava uma transformação no discurso petista, com a igualdade de oportunidades aparecendo como valor central, no lugar da igualdade substantiva antes privilegiada. [...] Desde antes, havia sido abandonada a ideia de que a campanha eleitoral era um momento de educação política: era o momento de ganhar votos e nada mais. [...] (MIGUEL, 2016, p. 69-70).

A chegada de Lula em 2002 e a sua reeleição em 2006 e a eleição de Dilma Rousseff em 2010, representou uma aliança estratégica com partidos de centro, centro-esquerda e centro-direita. Apesar dos bons resultados econômicos e de uma agenda social neodesenvolvimentista, o Brasil permanecia na velha política, jogando com as peças do antigo tabuleiro político, efetuando “o jogo político tal como ele sempre foi jogado” (MIGUEL, 2016, p. 70).

O lulismo no Brasil foi marcado por apoio no Congresso e impopularidade devido a escândalos de corrupção. Representava negociações e concessões para a classe trabalhadora e burguesia, transformando-se em um partido de manutenção de poder, abandonando ideias revolucionárias e equilibrando as forças políticas, conforme evidencia Miguel (2016), cientista político, que esclarece com ampla clareza que

O ‘lulismo’, que se forma então, seria uma maneira de postergar a resolução dos conflitos sociais e, enquanto isso, assegurar algumas melhorias para os mais pobres sem ameaçar os privilegiados. Na leitura de André Singer, que se tornou o intérprete mais sofisticado da estratégia do PT no poder, aquilo que, à primeira vista, parecia ser mera capitulação se torna peça de um projeto, muito moderado, é verdade, mas orientado decididamente na direção da mudança do país. A tese principal de Singer é que o ‘reformismo fraco’ do lulismo não foi o abandono, mas sim a ‘diluição’ do ‘reformismo forte’ do petismo de antes. (MIGUEL, 2016, p. 71).

Lula adota uma abordagem política de negociação, ganhando amplo apoio no Congresso. No entanto, com Dilma Rousseff, a pressão popular aumentou após escândalos de corrupção. Diante da intensa pressão social,

Dilma enfrentou o dilema de continuar o “lulismo” ou confrontar a “velha política”, onde opta pelo enfrentamento segundo matéria do G1.com.⁹

O texto destaca que Dilma abandona a postura lulista, implementando medidas anticorrupção, perdendo apoio no Congresso. Enquanto Dilma negociava com alas políticas, Michel Temer conspirava, e nisso, há a perca de popularidade dela devido aos escândalos de corrupção. A oposição se fortalece, bloqueia projetos e vetos, enfraquecendo o governo.

O golpe de 2016 se articula com o manifesto do PMDB, publicado em 29 de outubro de 2015, intitulado *Uma Ponte para o Futuro* (2015) que estabelecia novas diretrizes para a gestão presidencial. O manifesto enfatizou reformas fiscais, previdenciárias e trabalhistas, e propõe mudanças nas aposentadorias, controle de juros e dívida pública, dialogando com o neoliberalismo, enquanto criticava a gestão petista, onde afirmava-se que

[...] é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação, em razão do receio de que o Executivo pudesse contingenciar, ou mesmo cortar esses gastos em caso de necessidade, porque no Brasil o orçamento não é impositivo e o Poder Executivo pode ou não executar a despesa orçada. O orçamento não impositivo, ou melhor, facultativo, é fruto da desconfiança do Executivo na sabedoria ou responsabilidade do Legislativo. Remédio equivocado, para uma doença que se chama falta de articulação política democrática. Os Poderes têm que se entender, e o Executivo sempre dispõe de instrumentos de contenção. O contingenciamento é, o principal deles, o veto. Para um novo regime fiscal, voltado para o crescimento, e não para o impasse e a estagnação, precisamos de novo regime orçamentário, com o fim de todas as vinculações e a implantação do orçamento inteiramente impositivo. [...] (UMA PONTE PARA FUTURO, 2015, p. 9).

Entre 2015 e 2016, aliados de Dilma Rousseff, incluindo Michel Temer, entram em conflito com o PT aumentando a oposição. Isso culminou em um golpe parlamentar que utilizou meios legais para destituir Dilma Rousseff, a primeira presidente do Brasil. O golpe incluiu manobras como a derrubada de

⁹ PORTALG1. Dilma anuncia pacote anticorrupção e oficializa entrega ao Congresso. Brasília (DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html>, acesso em 28 mar. 2023.

vetos presidenciais e a aprovação das chamadas “Pautas-bomba”¹⁰, aumentando os gastos públicos e minando o regime fiscal que buscava reduzir a dívida pública.

Os reajustes salariais foram o atendimento da pressão popular, e sim, uma resposta ao governo, impactando as contas públicas em cerca de 2,4 bilhões, ocorrendo num período de reajuste fiscal, sendo peculiar que a Câmara, liderada por Eduardo Cunha do PMDB, defendesse um reajuste fiscal enquanto aprovava aumentos para a AGU. Nisso, o PMDB afirma que

Nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico. [...] Nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado. A situação hoje poderia certamente estar menos crítica (UMA PONTE PARA O FUTURO, 2015, p. 5).

Na mídia digital observada nas matérias anteriores e no Manifesto acima, nota-se a falta de articulação de Dilma com o Congresso Nacional era destacada, enquanto a operação Lava Jato continuava expondo políticos e empresários em esquemas de corrupção. A crise de 2015 refletia não apenas a tentativa de romper com o antigo jogo político, mas também a pressão popular por mudanças e uma Reforma Política, gerando um cenário de incerteza e instabilidade no Brasil. Sobre isso, Schwarcz e Heloísa (2015) esclarecem que

Cresceu no Brasil a reação pública contra atos de corrupção, [...] Enfrentar a corrupção exige controle público, transparência das ações dos governantes e um processo de formação — no sentido do aprendizado — de uma cultura republicana que seja exercitada cotidianamente pelo brasileiro comum em sua relação com o país. Precisamos praticar em nosso cotidiano a definição do que é público e a linguagem pública dos direitos, e isso quer dizer garantir o respeito ao outro [...] E esse exercício de cada um veio às ruas em junho de 2013 [...] Ninguém imaginava a explosão social que se seguiu a um protesto contra o aumento das passagens de ônibus, em São Paulo. Milhares de pessoas foram para as ruas nas grandes cidades do país, em particular os jovens, com uma pauta aberta, onde cabia um

¹⁰ PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de 'pauta-bomba' que dá aumento para AGU. PortalG1. Brasília(DF), 19 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-1-turno-texto-base-do-aumento-para-agu.html>, acesso em 28/03/2023.

sentimento de insatisfação [...] de frustração e [...] mudança. [...] (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 617).

A crise política e social, levou ao “golpeachment” de Dilma Rousseff, permitindo reformas neoliberais como a PEC do Teto de Gastos (2016) e Reformas Trabalhista (2017), alinhadas ao manifesto Ponte para o Futuro (2015). A imprensa desempenhou papel vital ao retratar a agenda neoliberal de modo positivo, moldando a opinião pública.

“Pontos de costura e tecelagem das mentalidades”: A operação política da imprensa eletrônica durante a “agenda neoliberal temista” (2016-2018)

“[...] A revista moralista
 Traz uma lista
 Dos pecados da vedete (vamos lá)
 E tem jornal popular que
 Nunca se espreme
 Porque pode derramar
 É um banco de sangue encadernado
 Já vem pronto e tabelado
 É somente folhear e usar
 É somente folhear e usar [...]”
 (Tom Zé, 1968)¹¹

A música “Parque Industrial” (1968) de Tom Zé reflete a operação da mídia no Brasil, agindo como moralista, moldando valores, sensibilidades e paixões do público. A sociedade consome produtos midiáticos que definem seus valores, reproduzindo ideologias.

Nessa perspectiva, quando narra que o jornal e o seu produto “[...] é um banco de sangue encadernado [...]” (ZÉ, 1968), é que a mídia elenca a sangria do povo brasileiro, abordando assassinatos, casos policiais, corrupção política e paixões como esportes, refletindo os interesses jornalísticos em provocar indignação ou acalmar o público.

Claramente também conscientiza que “[...] Já vem pronto e tabelado, é somente folhear e usar [...]” (ZÉ, 1968), e nesse sentido, o jornalismo molda

¹¹ ZÉ, Tom. Parque Industrial. *Tropicalia ou Panis et Circencis*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968.

opiniões e juízos de valor por meio da informação. Outrossim, acaba por influenciar mentalidades e criando partidários na sociedade que reproduzem e emitem juízos e opiniões a partir das matérias e ideologias jornalísticas.

Por isso, é “pronto” e “tabelado”, definindo no teatro de sombras que são os interesses corporativos ou pessoais do emissor, e também quando se “folheia” e se “usa”, é porque seus mecanismos de emissão, criam a opinião pública em torno de um tema. A metáfora da obra sobre a imprensa vai além do seu tempo, quando destaca sua crítica à manipulação da informação.

Durante o governo de Dilma Rousseff, o Portal G1 e R7.com adotaram uma abordagem sensacionalista sobre o golpe de 2016, PEC 55 e Reforma Trabalhista. Eles apresentaram esses temas sutilmente, refletindo interesses específicos e evitando posições políticas claras. A escolha pela mídia eletrônica foi devido à acessibilidade global, mas não indicava preferência pessoal por essa forma de mídia. Desse modo, Patrícia Saldanha evidencia com clareza que

[...] os dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Brasil fechou abril de 2022 [...] com 259,2 milhões de celulares e densidade de 120,90 cel/100 hab. O mês [...] apresentou adições líquidas de 969 mil celulares. O pré pago apresentou adições líquidas de 126 mil celulares. No pós pago as adições líquidas foram de 843 mil celulares. A participação do pré pago foi de 46,2%. (TELECO, 2022 apud SALDANHA, 2022, p. 149)¹².

No Brasil, o aumento do uso de celulares tem impulsionado a criação de veículos de imprensa digital voltados para o público jovem. Esses meios produzem jornalismo adaptado aos interesses variados desse grupo, refletindo a diversidade de perspectivas na contemporaneidade. Tavares (2020) esclarece que:

[...] Com um novo ecossistema midiático, onde o jornalismo não detém o controle da informação e os cidadãos podem buscar conteúdo informativo em qualquer página da internet ou perfil em rede social, a custos mínimos, o jornalismo se viu diante de um contexto inédito e com consequências pouco experimentadas em

¹² SALDANHA, Patrícia G. Conexões históricas entre a comunicação publicitária e as relações capitalistas a partir do comum. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022, p. 146-163.

outros momentos da história. A centralidade que o jornalismo tinha até poucos anos atrás foi sendo minada pela lógica das redes sociais, o que gerou uma perda de hegemonia e desarranjo de visibilidade do conteúdo da imprensa brasileira na rede quando comparada a outros agentes [...] (TAVARES, 2020, p. 120).

Nas plataformas eletrônicas, o público lida com as "fake news" ao migrar para o meio digital para obtenção de informações de confiabilidade. Mídias independentes como Brasil247 e Revista Fórum resistem à agenda neoliberal, criticando políticas que exacerbam desigualdades. Brasil247 foca em denúncias governamentais, enquanto Revista Fórum defende uma agenda defensora de direitos, constatações feitas a partir de análise das matérias.

A PEC do Teto de Gastos foi introduzida após o golpe de 2016, buscando cortar gastos e controlar o orçamento público. Focada em equilibrar as contas e atender às demandas do mercado, ela resultou em contingenciamento de investimentos sociais, priorizando o crescimento do capital e dos investimentos. Cynara Mariano (2017), evidencia que:

Fixado o teto [...] isso vinculará todos os fenômenos administrativos que ocorrerem nas várias unidades, órgãos e pessoas administrativas acima citadas, pelos próximos 20 (vinte) anos, o que, obviamente, impedirá os investimentos necessários à manutenção e expansão dos serviços públicos, incorporação de inovações tecnológicas, aumentos de remuneração, contratação de pessoal, reestruturação de carreiras, o que se faz necessário [...] sobretudo em razão dos objetivos e fundamentos constitucionais, que direcionam um projeto constituinte de um Estado de Bem Estar Social. O novo regime fiscal suspende [...] o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento. [...] Retira [...] do cidadão brasileiro o direito de escolher [...] o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas [...] para o desenvolvimento econômico [...] (MARIANO, 2017, p. 261).

A PEC 55 restringiu severamente o desenvolvimento social no Brasil, limitando o orçamento de 2016 e prejudicando serviços essenciais como saúde e educação. Isso resultou em um cenário de vida precário para os brasileiros, minando as conquistas sociais e comprometendo o desenvolvimento humano no país.

A PEC nº 246 foi aprovada para equilibrar as contas públicas, evitando impostos impopulares devido aos gastos do governo do PT e "pautas-bomba".

O portal da Globo favoreceu discursos positivos de Henrique Meirelles, facilitando a aceitação das políticas do governo, embora alternativas como a Reforma Tributária não tenham sido aprovadas no Congresso à época da declaração do ex-Ministro da Economia do Governo Temer¹³.

A imprensa realça a espetacularização política com a resistência da oposição ao golpe de Dilma em 2016 e à agenda de Temer e da base governista. Isso influencia as negociações no Congresso Nacional, moldando a ascensão do neoliberalismo no Brasil sob Temer e, principalmente, durante o governo Bolsonaro, tema relevante para futuras pesquisas históricas.

A matéria não explica termos essenciais como dívida pública ou fornece links para informações adicionais. Não discute pesquisas ou impactos reais da PEC, focando na espetacularização política da época e ignorando questões vitais, como os cortes em serviços essenciais de saúde e educação para a população mais vulnerável¹⁴.

Em outra matéria se percebe uma crítica contundente à PEC do Teto, mencionando o relator da ONU, Philip Alston, que a chamou de "sem piedade" e "radical". A denúncia expõe a oposição à agenda de Temer, revelando um jornalismo profissional elucidativo sobre os impactos sociais. A Revista Fórum e o Brasil247 adotam linguagem acessível ao público, denunciando de forma direta as propostas que ameaçavam os direitos sociais, como a PEC do Teto e a Reforma Trabalhista, evidenciando oposição à agenda do governo¹⁵.

¹³ PORTALG1. Aprovar teto de gasto esse ano pode gerar resultado em 2017, diz Meirelles. Brasília(DF), 15 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/aprovar-teto-de-gasto-esse-ano-pode-gerar-resultado-em-2017-diz-meirelles.html>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁴ R7.COM. Câmara aprova texto que impõe teto a gastos públicos São Paulo (SP), 10 out. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camara-aprova-texto-que-impoe-teto-a-gastos-publicos-11102016>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁵ REVISTA FÓRUM. Teto de 20 anos para gastos violará direitos humanos, alerta relator da ONU. Rio Grande do Sul, 9 dez. 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2016/12/9/teto-de-20-anos-para-gastos-violara-direitos-humanos-alerta-relator-da-onu-18181.html>, acesso em 28 mar. 2023.

Com o título de “PEC do Fim do mundo’ é promulgada”, O Brasil247 destaca os impactos da PEC 55, vinculando-se à agenda do PT. Adota uma postura denunciativa sobre essa pauta e a Reforma Trabalhista, desafiando o silêncio da mídia corporativa. A operação jornalística do site molda a opinião pública, influenciando políticas, criticando o governo Temer e desafiando o silêncio jornalístico¹⁶. Sobre tais questões, Silva (2011) esclarece que

A própria compreensão sobre a historicidade desse tempo se modificou, assim como os significados dos acontecimentos tidos como emblemáticos, antes sequer conhecidos por uma coletividade mais ampla, e que agora passam a ser partilhados para além de todas as fronteiras. Talvez não seja exagero falar que atualmente vivemos sob o signo dos recursos midiáticos que ocupam lugar capital na ordenação de formas de pensamento histórico contemporâneo, já que a relevância que os acontecimentos passaram a assumir, vinculados a estes mecanismos, é bastante diferente daquela vislumbrada em outros tempos. Ao irromperem no cotidiano, tais recursos nos apresentam uma procissão tão acelerada de eventos e informações, que a percepção espaço-temporal passou a se manifestar fortemente ligada ao imediatismo da informação, dando-nos a impressão que a articulação de uma tripla dimensão temporal foi alterada definitivamente. [...] (SILVA, 2011, p. 15).

O público consome avidamente conteúdos de imprensa digital em detrimento da produção científica, valorizando análises imediatas ao invés de reflexões históricas. A Reforma Trabalhista, resultado da agenda do governo Temer, é central nessa análise. Antes dela, o PT havia deixado um legado positivo, expandindo direitos e melhorando as condições do trabalho.

A Reforma Trabalhista, buscava reduzir o desemprego ao diminuir os custos para os empregadores, eliminando alguns direitos trabalhistas. A ideia era que isso incentivaria investimentos e a criação de empregos, embora tenha gerado críticas devido ao receio de exploração e precarização do trabalho. Essa medida refletia o pensamento de Langoni (1973)¹⁷, remontando

¹⁶ BRASIL247. “PEC do fim do mundo” é promulgada. São Paulo (SP), 15 dez. 2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/pec-do-fim-do-mundo-e-promulgada>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁷ LANGONI, Carlos G. *Distribuição de renda e desenvolvimento económico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

à época da Ditadura de 64, defendendo o corte de subsídios para ampliação de direitos sociais para geração de empregos.

A proposta do governo Temer, explorava as fragilidades nas relações de trabalho, permitindo a exploração da mão-de-obra para benefício do capital burguês, gerando empregos precários e de baixa qualidade. Veja abaixo, os pontos-chave do artigo 611 introduziram novos dispositivos legais na CLT, reformulando acordos coletivos de trabalho:

Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II – banco de horas anual; III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015; V – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI – regulamento empresarial; VII – representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX – remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X – modalidade de registro de jornada de XI – troca do dia de feriado; XII – enquadramento do grau de insalubridade; XIII – prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV – prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo; XV – participação nos lucros ou resultados da empresa (BRASIL, 2017).

O artigo 611 dá prioridade aos acordos coletivos sobre a lei e a Justiça, enfraquecendo a regulação trabalhista e nivelando as posições de patrões e empregados. Isso reflete a tendência neoliberal de enfraquecer conquistas sociais e promover relações mais flexíveis no trabalho, conforme evidencia Carvalho (2017) quando evidencia que

O primeiro parágrafo do Artigo 611 – A estabelece essencialmente que não cabe à JT dispor sobre o conteúdo dos acordos, devendo ela apenas analisar sua conformidade aos elementos juridicamente formais. Da mesma forma, no § 2º, o legislador procura estabelecer que a ausência de contrapartidas pela retirada de direitos legais não deve ensejar a nulidade dos acordos por vício do negócio jurídico, evitando prática comum na JT atual que tende a anular convenções e acordos que apenas contenham cláusulas restritivas aos direitos dos trabalhadores (CARVALHO, 2017, p. 83).

A Reforma Trabalhista enfraquece a mediação da Justiça do Trabalho, removendo a proteção legal, em um cenário de desigualdades sociais e trabalho precário no Brasil. Mesmo antes da reforma, os direitos dos trabalhadores eram frágeis, e piora com essa mudança, minando a segurança e dignidade no trabalho. Campos (2015) afirma com clareza que

O fenômeno da desigualdade é típico das relações que vertebram a sociedade de classes e a economia capitalista. Trabalhadores e empresários [...] encontram-se em uma posição de desigualdade, que deriva do fato de que, por um lado, empresários são sujeitos coletivos, pois suas decisões (de investimento, de produção etc.) influenciam a sociedade como um conjunto. Por outro, trabalhadores são sujeitos individuais, com todas as fragilidades e dificuldades inerentes a essa condição [...] (CAMPOS, 2015, p. 7).

A mídia brasileira molda a percepção pública, especialmente em questões políticas. Veículos como Brasil247 e Revista Fórum criticam as políticas de Temer, enquanto PortalG1 e R7.com, às vezes, omitiam ou justificavam a Reforma Trabalhista como necessária para geração de emprego e renda.

Sobre isso, em matéria publicada em 2017, a Revista Fórum denunciou a Reforma Trabalhista de 2017, expondo seus retrocessos, como a jornada de trabalho e salário-mínimo. Criticou a cobertura midiática que ora omitia impactos negativos, ora usava linguagem complexa, politizando a opinião pública sobre as reformas do governo Temer¹⁸.

O veículo midiático mencionado acima não somente assume posição crítica à reforma, mas expõe e denuncia a influência da grande imprensa, especialmente Globo e R7, nas opiniões públicas é evidente, moldando suas coberturas de acordo com negociações e interesses com o governo. Em matéria publicada em 2017, sugere um acordo entre Globo e o governo Temer para suavizar críticas em troca de investimentos e financiamento¹⁹.

¹⁸ STREIT, Maíra. Reforma Trabalhista de Temer: revogação de direitos. *Revista Fórum*. Rio Grande do Sul, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28 mar. 2023.

¹⁹ REVISTA FÓRUM. Temer se reuniu com a cúpula da Globo para discutir delação e reformas. Rio Grande do Sul, 21 dez. 2017. Disponível em:

O portal G1.com destaca a Reforma Trabalhista como geradora de empregos, apoiada por pesquisa e especialistas, mas os empregos criados são precários. A intenção é promover a reforma, enfatizando seu papel no crescimento econômico e criando expectativas de 1,5 milhão de empregos, influenciando a opinião pública e ocultando suas reais intenções, afim de promover a pauta e difundir opinião em torno da Reforma²⁰.

O portal R7.com por mais que demonstre certa “imparcialidade”, demonstra certo afeto a proposta, uma vez que a matéria destaca apenas o ponto da contratação por hora, esclarecendo impactos positivos das flexibilidades de horários e da rotina do trabalhador, mas silencia a perca de direitos e remunerações ganha com a antiga jornada feita pelo cálculo mensal²¹.

A imprensa, alinhada ao governo, minimiza os impactos negativos da Reforma Trabalhista, promovendo uma visão favorável e silenciando críticas. Isso reflete a luta dos trabalhadores contra a opressão e a injustiça, pois Walter Benjamin denota com clareza que “O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer” (BENJAMIN, 1994, p.224).

A mídia e a historiografia têm inclinações políticas, mas a historiografia busca objetividade científica, enquanto a mídia pode ser influenciada por interesses partidários. O historiador visa à produção de conhecimento, não a interesses específicos.

<https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28 mar. 2023.

²⁰ PORTALG1. Reforma trabalhista pode criar 1,5 milhão de vagas, diz pesquisa. Brasília (DF), 12 ago. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/reforma-trabalhista-pode-criar-15-milhao-de-vagas-diz-pesquisa.html>, acesso em 28 mar. 2023.

²¹ GARCIA, Alexandre. Reforma trabalhista passa a valer hoje e permite contratação por hora. R7.com. São Paulo(SP), 10/11/2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/reforma-trabalhista-passa-a-valer-hoje-e-permite-contratacao-por-hora-29062022>, acesso em 28/03/2023.

Em outra reportagem, o Brasil247, de 2022, denuncia as condições trabalhistas no Brasil contemporâneo, evidenciando as condições de trabalho degradantes pós-Reforma Trabalhista, destacando falta de fiscalização e instrumentos legais. Usa especialistas e pesquisa da CSI para mobilizar oposição digital às reformas de Temer, questionando falta de benefícios claros para os trabalhadores²².

Conforme o gráfico a seguir, no período abarcado entre os anos de 2017 e 2019, um exame atento revela uma queda no índice de desemprego no Brasil, porém, essa diminuição é marcada por uma expressividade bastante limitada, não ultrapassando a marca de 2%. Tal cenário evidencia uma dissonância significativa em relação às projeções veiculadas pela grande mídia, que previa a criação de milhões de novos postos de trabalho como resultado direto da Reforma Trabalhista. A narrativa que apontava para impactos positivos massivos nas taxas de emprego parece se distanciar da realidade concreta.

Nesse contexto, é crucial explorar em profundidade a complexidade da situação. A Reforma Trabalhista, ao ter sido implementada, indiscutivelmente contribuiu para uma redução modesta no desemprego. No entanto, é fundamental compreender que essa diminuição pouco expressiva em números não se traduz diretamente em melhoria substancial das condições do trabalhador. O cerne da questão reside na percepção de que a lei não detém mais a soberania sobre as práticas do sistema capitalista. O ambiente de trabalho é caracterizado por relações cada vez mais fragilizadas e exploradoras, onde os trabalhadores frequentemente enfrentam situações precárias e vulneráveis.

²² BRASIL247. Reforma trabalhista coloca Brasil entre os países que mais desrespeitam direitos dos trabalhadores no mundo, diz advogado. São Paulo, 05 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/reforma-trabalhista-coloca-brasil-entre-os-paises-que-mais-desrespeitam-direitos-dos-trabalhadores-no-mundo-diz-advogado>, acesso em 28 mar. 2023.

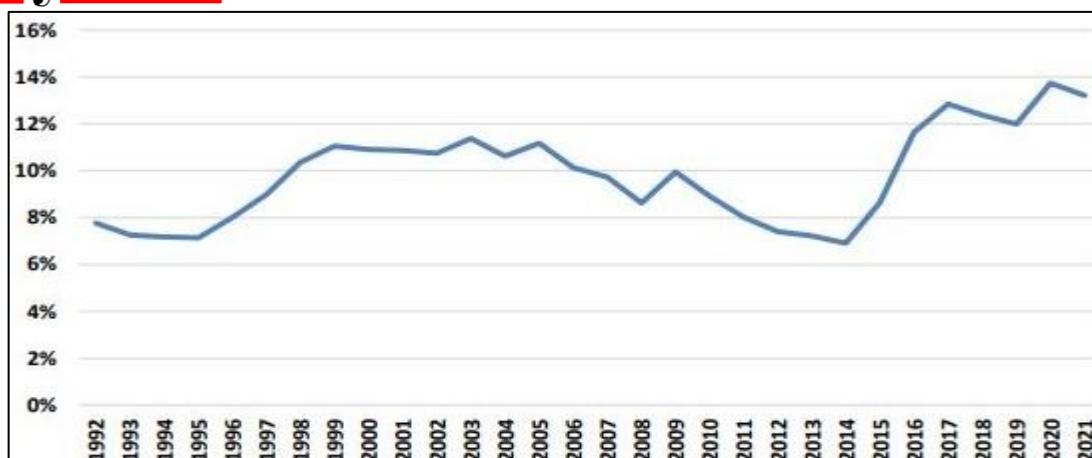


Gráfico 02: Evolução da taxa de desemprego – 1992-2021

Fonte: PNAD apud FILHO e VELOSO, abril de 2022, p. 3.

É relevante destacar que a redução do desemprego, embora seja um indicador importante, não deve ser analisada isoladamente. Para uma avaliação mais abrangente dos impactos da Reforma Trabalhista, é crucial considerar a qualidade dos empregos gerados, a estabilidade das condições de trabalho, os benefícios e direitos associados, bem como a inclusão de setores informais e precarizados na economia formal. Nesse sentido, uma abordagem crítica e ampla da situação é necessária para compreender os efeitos reais da legislação trabalhista reformulada sobre a vida dos trabalhadores e a estrutura do mercado de trabalho como um todo.

De uma maneira clara e objetiva, a perspectiva que se delineava no governo de Michel Temer com a proposta da Reforma Trabalhista de 2017 era a de promover a geração de empregos formais, que se enquadrasssem dentro das regulamentações da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No entanto, a realidade que emergiu desse processo foi complexa e multifacetada, resultando em uma geração de empregos marcada por baixos salários, má qualidade das vagas oferecidas e, em muitos casos, a completa ausência da tutela da Justiça do Trabalho. Esse último fator é um ponto crucial, uma vez que a precarização decorrente da retirada de poderio legal e jurídico para mediar questões trabalhistas contribuiu significativamente para os desdobramentos observados.

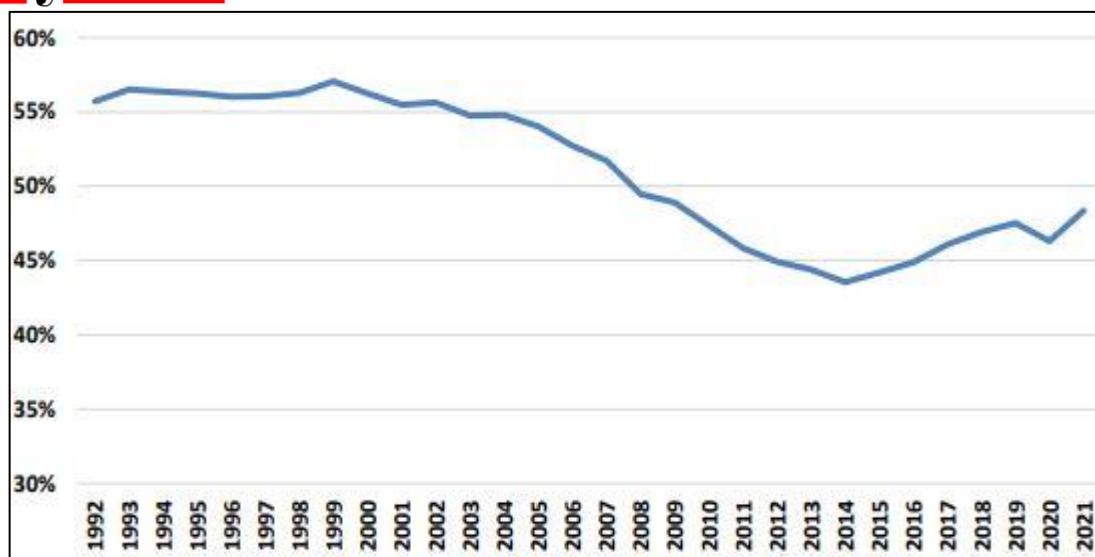


Gráfico 03: Evolução da taxa de informalidade – 1992-2021.

Fonte: PNAD apud FILHO e VELOSO, abril de 2022, p. 4.

O cenário da informalidade, caracterizado pela falta de regulamentação e proteções asseguradas pela CLT, continuou a ganhar força no Brasil, mesmo com algumas variações ao longo do tempo. Essas flutuações tornaram-se mais evidentes durante a gestão de Jair Bolsonaro em 2019. A despeito das projeções de formalização e melhoria das condições de trabalho, a realidade apontou para um contexto sendo a informalidade se mantém como uma realidade intrincada e persistente.

É importante considerar que, embora a geração de empregos seja um fator crucial para a saúde econômica de um país, a qualidade desses empregos é igualmente relevante. O mero aumento numérico de postos de trabalho não reflete necessariamente uma melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores ou na estabilidade das condições laborais.

A ausência de regulamentações sólidas e de um ambiente jurídico que proteja os direitos dos trabalhadores pode levar a situações de exploração, insegurança e vulnerabilidade, que são contraproducentes para o desenvolvimento econômico sustentável e para a melhoria da vida da população. Portanto, uma análise aprofundada deve considerar tanto a

quantidade quanto a qualidade dos empregos gerados após a implementação da Reforma Trabalhista.

Considerações finais

Nesse contexto, a pesquisa atua como um instrumento para a compreensão de impactos e mudanças decorrentes das reformas promovidas durante os governos Lula e Dilma, bem como da forma como essas reformas foram abordadas e interpretadas pela mídia. Ao lançar um olhar crítico sobre a maneira como os veículos de imprensa abordaram tais reformas, a pesquisa oferece uma perspectiva sobre a construção do imaginário político e a formação da opinião pública em relação às reformas.

Através de uma análise das narrativas midiáticas que permearam aquele período, a pesquisa consegue caracterizar as agendas sociais dos governos Lula e Dilma, destacando os esforços para implementar políticas de cunho neodesenvolvimentista voltadas para a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social. Ao mesmo tempo, ela também evidencia como tais agendas foram alvo de oposição política e midiática, alimentando a polarização e as tensões que culminariam no processo de impeachment.

O termo "golpeachment" (termo de Cássio Prado²³) é ilustrativo, pois encapsula a ideia de que o afastamento de Dilma Rousseff da presidência não foi apenas um processo de impeachment baseado em questões legais e constitucionais, mas também um movimento político que envolveu uma série de interesses e manobras para alterar o curso político do país. A ligação entre os investigados da Lava-Jato, como Renan Calheiros e Eduardo Cunha, com o processo de impeachment lança luz sobre a complexa teia de influências e alianças que moldou os eventos daquele período conturbado.

²³ PRADO, Cassio Vilela. *O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment*. Charleston/EUA: Edição do Autor, 2017.

Desse modo, a pesquisa revela as nuances por trás das narrativas midiáticas e políticas que marcaram essa fase da história brasileira. Ela oferece elementos para a reflexão sobre como as informações são moldadas, interpretadas e difundidas, assim como os impactos disso na sociedade e nas decisões políticas. Com isso, contribui para um entendimento das transformações políticas e sociais ocorridas no Brasil durante os anos analisados, abrindo caminho para uma análise crítica e informada desse período complexo e multifacetado.

Após a contextualização abrangente apresentada até o momento, torna-se ainda mais pertinente lançar um foco atencioso sobre o manifesto intitulado "Ponte para o Futuro", que foi elaborado pelo PMDB em 2015. Esse documento não apenas delineou as linhas ideológicas do partido, mas também estabeleceu as bases que norteariam as propostas do governo subsequente de Michel Temer. No entanto, é fundamental destacar que o impacto desse manifesto vai além de ser meramente um plano político; ele se insere em um contexto mais amplo, ganhando relevância significativa quando consideramos sua conexão intrínseca com o controverso e questionável processo de impeachment que se seguiu.

Ao examinarmos com atenção o conteúdo desse manifesto, percebemos que ele vai além de um mero roteiro de políticas públicas. Ele se estabelece como um instrumento que visava traçar uma visão alternativa ao governo vigente na época, sinalizando para a opinião pública e para os atores políticos as direções que o PMDB desejava seguir em relação à economia, às reformas e ao papel do Estado. O "Ponte para o Futuro" tornou-se, assim, um dos pilares do projeto político de Temer e, em última análise, da sua futura presidência.

No entanto, o cenário que se desdobrou posteriormente não pode ser desvinculado da forma como esse manifesto foi utilizado como um instrumento para pavimentar o caminho rumo ao impeachment de Dilma

Rousseff. O questionamento acerca dos motivos e das justificativas por trás do impeachment torna-se ainda mais latente quando consideramos a rapidez e a complexidade dos eventos que culminaram na destituição da presidente. A conexão entre o "Ponte para o Futuro" e o processo de afastamento de Dilma Rousseff suscita reflexões sobre a relação entre projetos políticos, interesses partidários e a instrumentalização de determinadas agendas para atingir objetivos específicos.

Nessa perspectiva, o manifesto PMDB ganha contornos mais profundos, pois sua divulgação não se limitou a uma simples exposição de ideias, mas sim teve um impacto substancial na condução dos acontecimentos políticos que moldaram o país naquele período. A análise crítica desse manifesto e de sua interação com o cenário político-econômico da época é fundamental para compreender como as estratégias políticas e midiáticas foram orquestradas, quais interesses estiveram em jogo e como a opinião pública foi moldada para legitimar determinadas ações políticas. O processo de impeachment que culminou na saída da presidente Dilma Rousseff foi marcado por uma série de polêmicas e acusações, que envolveram figuras políticas em posições de destaque. Vale mencionar que o processo foi liderado por parlamentares que também eram alvo de investigações na Justiça, o que lança dúvidas sobre a imparcialidade e legitimidade do processo.

A acusação central baseou-se nas chamadas "pedaladas fiscais", uma prática que, segundo alegações, teria sido utilizada por diversos governos anteriores ao de Dilma. O cerne da controvérsia reside no fato de que essa prática era uma praxe comum na gestão de recursos públicos e não estava restrita a um governo específico. No entanto, a oposição escolheu destacar essas ações como justificativa para o impeachment, o que levanta questionamentos sobre a politização do processo e sua condução. O contexto político e as motivações por trás do impeachment são elementos cruciais para uma análise mais ampla daquele período. O manifesto "Ponte

"para o Futuro" é um documento que fornece insights sobre as visões políticas e econômicas que nortearam o governo Temer, mas sua relação com o processo de impeachment e os métodos empregados para alcançar esse objetivo ressaltam a complexidade e as tensões que permearam aquele momento na história política do Brasil.

Para uma análise mais aprofundada, é necessário abordar as amplas implicações da PEC 55, também conhecida como teto de gastos. Essa medida, que almejava congelar os investimentos públicos por um período de duas décadas, teve repercussões significativas na trajetória das políticas sociais e no desenvolvimento humano no Brasil. Uma exploração mais minuciosa dos efeitos dessa emenda constitucional permite compreender melhor a maneira como ela afetou várias áreas essenciais e delineou um cenário de restrições orçamentárias de longa duração.

A justificativa primordial para a PEC 55 era a necessidade de conter os gastos públicos e restabelecer o equilíbrio financeiro do país. No entanto, é essencial contextualizar essa medida dentro de um quadro mais amplo, considerando o alcance de suas implicações e as ramificações para as políticas sociais e a qualidade de vida da população brasileira. Uma análise mais profunda revela que, ao limitar os investimentos em áreas cruciais como saúde, educação e segurança pública, a PEC 55 comprometeu as conquistas obtidas em termos de desenvolvimento humano e bem-estar social.

A suspensão dos recursos alocados para setores essenciais teve consequências diretas para os grupos mais vulneráveis da sociedade. O enfrentamento da fome, por exemplo, que requer investimentos em programas de assistência social e segurança alimentar, foi afetado pela rigidez imposta pelo teto de gastos. Além disso, a incapacidade de expandir as políticas públicas teve impacto negativo no combate à violência, na criação de oportunidades de emprego no funcionalismo público e em outros aspectos para um desenvolvimento equitativo do país.

Ao se discutir as implicações da PEC 55, é também relevante destacar a sua característica de "congelamento do futuro". Ao limitar os investimentos por um período prolongado, o Brasil se viu diante da situação em que as perspectivas de progresso foram restrinvidas. A limitação orçamentária ao longo de duas décadas criou desafios substanciais para o desenvolvimento sustentável e a construção de um futuro mais promissor.

Desse modo, a avaliação da PEC 55 deve ir além do mero controle de gastos. Ela representa um impacto significativo nas áreas sociais e no desenvolvimento humano do Brasil, gerando um ambiente repleto de desafios e obstáculos para a melhoria das condições de vida da população. A compreensão das consequências dessa medida é crucial para uma análise abrangente do contexto político, econômico e social da época, bem como para a avaliação dos compromissos assumidos pelo governo em relação ao bem-estar dos cidadãos brasileiros.

Em suma, a Reforma Trabalhista se insere como um marco de retrocesso significativo na trajetória republicana do Brasil, deixando uma marca indelével ao modificar substancialmente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e impactar profundamente o sistema de Justiça do Trabalho. Essa reforma se apresentou sob a bandeira da "flexibilização" de acordos trabalhistas, porém, na prática, alçou os interesses patronais a uma posição superior à legislação. A alegação de que os acordos transcendem a legalidade conferiu ao patronato uma vantagem que, por sua vez, deixou a Justiça do Trabalho com poucos recursos para mediar ou intervir em situações de exploração laboral.

Nesse cenário, o governo Temer capitalizou a vulnerabilidade das relações trabalhistas, em que os trabalhadores, devido ao aumento do desemprego, viram-se compelidos a aceitar acordos sob condições adversas. No entanto, os resultados obtidos desmentem as promessas de progresso dessa reforma. O crescimento tímido na empregabilidade não foi suficiente para compensar o aumento expressivo da informalidade no mercado de

trabalho brasileiro. Isso nos leva a uma conclusão contundente: a agenda neoliberal proposta pelo governo Temer não pode ser considerada um fracasso. Pelo contrário, ela alcançou seu objetivo, que foi acentuar as desigualdades sociais em benefício dos interesses empresariais.

Ao observar o panorama pós-Reforma Trabalhista, é indiscutível que as mudanças propostas não trouxeram os impactos positivos esperados. A empregabilidade limitada e a proliferação da informalidade sinalizam uma alteração profunda na dinâmica das relações trabalhistas, em detrimento dos trabalhadores e em favor dos setores econômicos mais poderosos. Diante disso, emerge uma reflexão crítica sobre o verdadeiro escopo das reformas promovidas pelo governo, que não só alteraram as leis, mas também influenciaram a configuração do mercado de trabalho e a qualidade de vida dos cidadãos brasileiros.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir. (Org.) *Pósneoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.
- BARBOSA, Eliene Pereira; SILVA, Wagner Pires da. Austeridade e neoliberalismo no Brasil pós-golpe. *Revista Sítio Novo*. Palmas, v. 4 n. 3, jul./set. 2020, p. 336-347.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm, acesso em 28/03/2023.
- BRASIL247. São Paulo (SP), 15/12/2016. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/pec-do-fim-do-mundo-e-promulgada>, acesso em 28/03/2023.

BRASIL247. São Paulo (SP), 05/07/2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/economia/reforma-trabalhista-coloca-brasil-entre-os-paises-que-mais-desrespeitam-direitos-dos-trabalhadores-no-mundo-diz-advogado>, acesso em 28/03/2023.

CAMPOS, André Gambier. Breve histórico das mudanças na regulação do trabalho no Brasil. In: Textos para discussão nº 2024, IPEA, Rio de Janeiro, janeiro de 2015.

CARVALHO, André S. Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. In: Mercado de trabalho nº 80, IPEA, Brasília, outubro de 2017, p. 81-94. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf, acesso em 28/03/2023.

DIAS, Viviane Moraes. “Neodesenvolvimentismo” e política sociassistencial em tempo de crise sistêmica do capital. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

FILHO, Fernando de Holanda Barbosa; VELOSO, Fernando. Mercado de trabalho no Brasil: evolução, efeitos da pandemia, perspectivas e propostas. FGV, 07 de abril de 2022.

GARCIA, Alexandre. Reforma trabalhista passa a valer hoje e permite contratação por hora. R7.com. São-Paulo (SP), 10/11/2017. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/reforma-trabalhista-passa-a-valer-hoje-e-permite-contratacao-por-hora-29062022>, acesso em 28/03/2023.

GERMANO, Jose Wilington. Estado militar e educação no Brasil (1964-1985). São Paulo: Cortez, 2000.

HOFF, Tuize Silva Rovere; SOUZA, Mariana Barbosa de. O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular. Revista Brasileira de Gestão Urbana, URBE, Pontifícia Universidade Católica (PUC), Rio Grande do Sul, nº 11, e20180023, 2019, p. 1-14.

KEYNES, J. M. Activities 1922–1929 – The Return to Gold and Industrial Policy. In: MOGGRIDGE, D; JOHNSON, E. *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, Volume XIX. London: Macmillan and Cambridge: Cambridge University Press, 2013h.

LANGONI, Carlos G. *Distribuição de renda e desenvolvimento económico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

MACEDO, Fernando Cézar de; PORTO, Leonardo Rodrigues. Evolução regional do mercado de trabalho no Brasil (2000-2018): apontamentos para a política

nacional de desenvolvimento regional (PNDR). In: Textos para discussão nº 2652, IPEA, Brasília, abril de 2021, p. 1-90.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, vol. 4, n. 1, jan./abr. 2017, p. 259-281.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MONTEIRO, Felipe de Oliveira. A ascensão da rede record: milagre ou competência na televisão brasileira?. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Jornalismo). UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. *Uma ponte para o futuro*. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara aprova texto-base de 'pauta-bomba' que dá aumento para AGU. *PortalG1*. Brasília(DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/08/camara-aprova-em-1-turno-texto-base-do-aumento-para-agu.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 19/03/2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/dilma-encaminha-ao-congresso-nacional-pacote-anticorrupcao.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 15/06/2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/06/aprovar-teto-de-gasto-esse-ano-pode-gerar-resultado-em-2017-diz-meirelles.html>, acesso em 28/03/2023.

PORTALG1. Brasília (DF), 12/08/2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/08/reforma-trabalhista-pode-criar-15-milhao-de-vagas-diz-pesquisa.html>, acesso em 28/03/2023.

PRADO, Cassio Vilela. *O Golpe na Presidenta Dilma Rousseff: Golpeachment*. Charleston/Estados Unidos: Edição do Autor, 2017.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O milagre brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da*

ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REVISTA FÓRUM. Rio Grande do Sul, 09/12/2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2016/12/9/teto-de-20-anos-para-gastos-violara-direitos-humanos-alerta-relator-da-onu-18181.html>, acesso em 28/03/2023.

REVISTA FÓRUM. Rio Grande do Sul, 21/12/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>, acesso em 28/03/2023.

R7.com. São Paulo (SP), 10/10/2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/camara-aprova-texto-que-impoem-teto-a-gastos-publicos-11102016>, acesso em 28/03/2023.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. Conexões históricas entre a comunicação publicitária e as relações capitalistas a partir do comum. *Revista Brasileira de História da Mídia*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 2022, p. 146-163.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 610-621.

SCHWARZBACH, Eduardo de Paula. *Dívida pública interna: uma análise crítica do seu comportamento no Brasil, após o Plano Real*. Monografia (Trabalho de conclusão do curso em Ciências Econômicas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2008.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. *A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – A Folha de São Paulo e o Golpe de 1964*. Tese (Doutorado em História Social). UFF, Niterói, 2011.

STREIT, Maíra. Reforma Trabalhista de Temer: revogação de direitos. *Revista Fórum*. Rio Grande do Sul, 25/04/2017. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/2017/4/25/reforma-trabalhista-de-temer-revogao-de-direitos-20578.html>

ZÉ, Tom. Parque Industrial. *Tropicalia ou Panis et Circencis*. Rio de Janeiro: Philips Records, 1968.

TAVARES, Camilla Quesada. Do jornalismo informativo ao de posição: a “guinada à direita” do jornal *Gazeta do Povo*. *Revista Mídia e Cotidiano*. V.14, Nº 3, set./dez. de 2020, p. 118-136.